



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1704 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 11 - Política da Educação Superior

## O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Olívia Chaves de Oliveira - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Celia Regina Otranto - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

A pesquisa que deu origem a este texto trata do Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, enquanto uma política pública presente no ensino superior, que está sendo implantada por cada universidade de acordo com suas realidades institucionais. O objetivo geral do estudo é o de investigar como essa política está sendo implantada e se está servindo realmente para ampliar a permanência dos alunos nas universidades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa básica, referenciada metodologicamente no materialismo histórico dialético. O texto aprofunda análises relacionadas ao conjunto das ações de reforma da educação superior dos governos de Luís Inácio Lula da Silva, ressaltando que a expansão da educação superior gerou novas demandas para a permanência dos estudantes de camadas populares da sociedade brasileira nos cursos de graduação. O presente pôster divulga um extrato inicial desta pesquisa de doutorado, em fase de desenvolvimento, apresentando parte do registro do levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, visando subsidiar estudos a respeito da compreensão política do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Palavras-chave: PNAES, democratização, expansão, universidades

## O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

### RESUMO:

A pesquisa que deu origem a este texto trata do Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, enquanto uma política pública presente no ensino superior, que está sendo implantada por cada universidade de acordo com suas realidades institucionais. O objetivo geral do estudo é o de investigar como essa política está sendo implantada e se está servindo realmente para ampliar a permanência dos alunos nas universidades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa básica, referenciada metodologicamente no materialismo histórico dialético. O texto aprofunda análises relacionadas ao conjunto das ações de reforma da educação superior dos governos de Luís Inácio Lula da Silva, ressaltando que a expansão da educação superior gerou novas demandas para a permanência dos estudantes de camadas populares da sociedade brasileira nos cursos de graduação. O presente pôster divulga um extrato inicial desta pesquisa de doutorado, em fase de desenvolvimento, apresentando parte do registro do levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, visando subsidiar estudos a respeito da compreensão política do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

**Palavras-chave:** PNAES, democratização, expansão, universidades

Este trabalho destaca o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010. A pesquisa qualitativa básica, ainda em fase de desenvolvimento no doutorado, se utiliza de levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, amparando suas análises no materialismo histórico dialético. Seu objetivo geral é investigar como a política do PNAES está se evidenciando na prática em instituições de educação superior, ou seja, se está realmente garantindo a permanência dos alunos.

Neste pôster apresentamos um registro de parte das fontes investigadas para aprofundar os estudos sobre a compreensão política do PNAES. Situamos esta política no bojo das ações de reforma da educação superior dos governos de Luís Inácio Lula da Silva, ressaltando que a expansão da educação superior gerou novas demandas para a

permanência dos estudantes de camadas populares, que ainda não estão sendo enfrentadas na sua totalidade.

A análise das fontes demonstrou que com a democratização do Brasil, decorrente do fim da ditadura civil-militar, foi possível perceber algum avanço na concepção da educação como um direito social e um compromisso legal. A assistência estudantil surgiu no Brasil nesta época, meados da década de 1980, vinculada à política de assistência social, impulsionada pelos movimentos sociais que lutaram contra o regime militar e pela nova Constituição Federal de 1988.

Durante os governos de Lula (2003/2006; 2007/2010) a educação superior foi marcada por uma política pautada na expansão, na diversificação e na privatização. Cabe destacar que, apesar do seu histórico de luta sindical, este presidente deu continuidade à política do governo anterior, seguindo a lógica das orientações do Banco Mundial, que sugeriam ações para atender a demanda crescente de formação de mão de obra para o Estado capitalista em crise.

Dentre as principais ações da chamada “era Lula”, podemos destacar: a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; a criação da Lei de Inovação Tecnológica; a introdução da parceria público-privada; a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; a instituição do Programa Universidade para Todos; a normatização da educação à distância; a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da oferta da educação superior (REUNI). Não podemos deixar de mencionar, também, a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC); a adoção de políticas afirmativas; e a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que vêm permitindo a democratização do acesso às Universidades.

A medida de maior impacto para as Instituições Federais de Educação Superior (IFES), que trouxe consequências para a assistência estudantil, foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto Nº 6. 096 de 24/04/2007 (BRASIL, 2007). A expansão trouxe consigo a demanda por moradia estudantil, restaurantes universitários, atendimento médico, bibliotecas, laboratórios, espaços culturais e salas de aula e foi colocada como condição para a consolidação de mais um plano. E o que se viu, na prática, foi uma expansão sem o acompanhamento necessário da ampliação da infraestrutura. No bojo das políticas de governo citadas acima, surgiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o objetivo declarado de possibilitar a permanência dos estudantes na universidade e a conclusão dos cursos de graduação com qualidade.

Vasconcelos (2010, p. 409) afirmou que “as ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno”. O mesmo autor destacou ainda a ação preventiva do Programa no enfrentamento à repetência e evasão.

Silveira (2012, p.11) apontou a importância das ações de permanência, que devem ter por objetivo “contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais através da criação de mecanismos que viabilizem a permanência de estudantes empobrecidos, em cursos de nível superior, permitindo que cheguem ao término da trajetória acadêmica de forma satisfatória.

Reforçando as falas acima, destacamos dentre objetivos do PNAES, o inciso IV do art. 2º “Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. (BRASIL, 2010). Essa inclusão social fica mais evidente quando constatamos que o PNAES foi uma conquista dos estudantes, docentes e movimentos sociais, visando promover o apoio à permanência e conclusão dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, amparados na compreensão de que além da democratização do acesso, era necessário garantir também a permanência, a fim de reduzir os efeitos das desigualdades sociais apresentadas pelos estudantes provenientes das camadas sociais menos favorecidas. A assistência estudantil decorrente desse movimento político,

[...] transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educacionais especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (VASCONCELOS, 2010, p. 406).

As ações de expansão e democratização do acesso citadas, têm gerado uma notável mudança no perfil dos estudantes das IFES, como aponta o relatório da pesquisa: “Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras (2015/2016), apresentado pela Associação Nacional dos Dirigentes das IFES (ANDIFES, 2016). O documento indica que 66,19% dos alunos têm origem em famílias com renda média de 1,5 salário mínimo.

O Professor Leonardo Barbosa e Silva, coordenador nacional do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), e Pró-reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis na Universidade Federal de Uberlândia, em sua apresentação no I Encontro Regional Sudeste do FONAPRACE (abril/2016), sobre a conjuntura nacional da assistência estudantil nas IFES, afirmou que há mudanças no perfil dos estudantes nos seguintes aspectos: renda, étnico-racial (há mais negros), gênero (é mais feminino), familiar (trazendo a demanda de creche), acadêmico (50% vem da escola pública, trazendo problemas de retenção), problemas afetivo-psicológico e de saúde. Acrescentou, ainda, que o SISU e as cotas provocaram a mobilidade no país e ampliaram a diversidade entre os alunos, minimizando o problema do acesso, e que agora o desafio seria resolver o problema da permanência (SILVA, 2016). Nesse encontro foram socializadas experiências que retratam, por exemplo que, há IFES com equipes multiprofissionais e interdisciplinares e outras, não. Há IFES que possuem moradias estudantis desde a origem da instituição e lutam pela ampliação das vagas e reforma dos prédios, outras que somente após a expansão promovida pelo REUNI, estão construindo suas primeiras unidades e, ainda, que há instituições que não dispõem de moradia estudantil e não têm proposta de construção.

Independente do cenário de cada IFES, todas passam neste momento pelo desafio que é trabalhar com estudantes pais e mães que demandam creche; apresentam denúncias de violência sexual; de gênero; de raça/etnia; e denunciam o consumo de drogas. Contamos, ainda, com estudantes com problemas psicológicos e psiquiátricos; outros que demandam dietas especiais nos restaurantes universitários; e ainda aqueles que demandam acessibilidade e apoio pedagógico. Os problemas são semelhantes nas instituições, mas fica a cargo de cada uma gerenciar os seus recursos e implantar suas ações através de políticas próprias.

Para finalizar, destacamos que a assistência estudantil, é um tema de estudos recentes, e se apresenta como condição para que o estudante goze do seu direito à educação. Isso, por si só já demonstra a relevância do tema. Quando a universidade adota uma política eficiente e eficaz garantindo essa assistência como um direito, ela está consolidando a função social da universidade pública.

## REFERÊNCIAS

ANDIFES. Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Educação Superior. Classes D e E são maioria nas Universidade Federais. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/politicas-de-expansao-e-inclusao-contribuem-para-que-as-classes-d-e-e-sejam-a-maioria-dos-estudantes-das-universidades-federais/>>. Acesso em: 24/04/2016.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 6.096, de 27 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília/DF, Diário Oficial da União - Seção 1 – 25 abr 2007, p.7

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Decreto nº 7. 234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União - Seção 1 – 20 jul 2010, p. 5

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. Brasília: FONAPRACE, 88p. 2004.

\_\_\_\_\_. IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação: das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras 2014. Uberlândia. Julho/2016. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/relatorio-do-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras-2016/>. Acesso em: 22/08/2016.

FERREIRA, S. Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995 – 2011). Linhas Críticas, Brasília, DF, n. 36, p. 455-472, maio/ago, 2012.

SILVA, L. B. Palestra. [abr. 2016] Alfenas: UFAL, 2016. Palestra proferida por ocasião do I Encontro Regional Sudeste do FONAPRACE – Conjuntura Nacional.

SILVEIRA, M. M. da. A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social). Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. 137p.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Revista da Católica. Uberlândia. v.2, n.3, 2010. p. 399-411.